



BOLETIM INFORMATIVO

Editor: UNAC | Tel.: 21 416016 / 82 300 1875 | Rua da Resistência Nº 1803 | Boletim Nº 72 | Outubro/ Dezembro | 2021

EDITORIAL

Pese embora o triste rescaldo, derivado da ocorrência de marcantes desgraças na vida dos moçambicanos, cujo destaque vai para a pandemia de Covid-19 e a guerra, em Cabo Delgado (que ceifaram, inclusive, a vida de muitos companheiros e companheiras do movimento UNAC); no final do ano de 2021, o mesmo movimento se fortaleceu, registando com orgulho, mais dois importantes marcos na sua história, com a realização, com sucesso, de mais uma Conferência sobre Terra e Sementes, e de mais uma Assembleia Eleitoral.

Trata-se da IX Conferência Nacional sobre Terra e Sementes, e da VIII Assembleia-geral e Eleitoral da UNAC, nas quais a maior relevância foi, respectivamente, para a análise dos desafios do camponato, no contexto da revisão da PNT-Política Nacional de Terras; e para a aprovação do novo PEUNAC-Plano Estratégico da UNAC e eleição de novos membros dos Órgãos Sociais.

Com efeito, na Conferência Nacional sobre Terra e Sementes, foram apresentados e debatidos três temas específicos, nomeadamente: (i) Terra e Mulher, (ii) Consultas Comunitárias, e (iii) Demandas da UNAC, no processo da revisão da PNT.

E alguns dos aspectos mais ressaltados, durante os debates, e fundamentados por casos, experiências e vivências dos camponeses e camponesas,



“TERRA: MINHA VIDA, MEU FUTURO”!!!

**“Alimentamos o nosso povo e
construímos a Soberania
Alimentar”...**

sublinharam a necessidade de que na nova PNT, se garanta que a Mulher tenha acesso à terra, independentemente da sua condição; e que as consultas comunitárias tenham um carácter jurídico e vinculativo, permitindo às comunidades reivindicarem, sempre que haja incumprimento das fases e dos processos, por exemplo, de compensação, principalmente nos casos de reassentamentos involuntários, decorrentes da exploração de recursos

florestais, minerais e energéticos.

Relativamente à Assembleia-geral, e conforme mencionado, o ponto mais alto da sua agenda, foi a eleição dos Órgãos Sociais, e a aprovação, por unanimidade, dos relatórios referentes ao último quinquénio, e das linhas gerais do PEUNAC 2022-2026.

Unidos, sempre venceremos!

Leia neste número

UNAC e SETSAN Provincial visitam Magde
A problemática da terra e as políticas do governo
UNAC capacita camponeses em Advocacia e Lobby
Órgão fiscalizador da UNAC visita o movimento

págs. 02-03
págs. 04-06
págs. 07-09
págs. 13-14

Camponeses Unidos, na Luta Contra o Covid-19

UNAC e SETSAN Provincial de Maputo visitam Magude



Durante a visita de campo, a uma das associações assistidas pelo projecto, no Distrito de Magude.

No âmbito do Projecto de Redução da Desnutrição Crónica vs Fortalecendo a Agricultura Familiar, em implementação na Província de Maputo; e com o objectivo de partilhar os feitos executados ao longo deste projecto, com o parceiro governamental (GT SAN Distritais-Grupos Distritais de Trabalho sobre a Segurança Alimentar e Nutricional), bem como colher sensibilidades junto dos beneficiários sobre os sucessos e desafios; teve lugar, recentemente, em parceria com o SETSAN Provincial e os GT SAN, uma visita de monitoria, com o GT SAN Distrital, ao Distrito de Magude.

Metodologicamente, o encontro foi antecedido por visitas de campo, às associações assistidas, na Comunidade de Muleleman.

Falta de mercado agrícola

A Associação Khomanixiviha tinha 50 membros, entretanto, conta agora com a metade do número, sendo apenas 7 homens. Do encontro

participaram 18 membros (17 mulheres e 1 homem). E na ocasião ficou-se sabendo que os mesmos cultivam numa área de 16 hectares, culturas como alface, repolho, feijão, mandioca, batata doce, pimento, couve, etc.

Na sequência, teve lugar o encontro entre GT SAN e o Convênio, no qual foi feita a avaliação das visitas e a partilha das actividades realizadas noutros locais. Destes eventos participaram 4 técnicos distritais (3 homens e 1 mulher), e 21 membros/ associados (3 homens e 18 mulheres), com os quais foi possível perceber, conjuntamente, a magnitude dos avanços que foram feitos nas comunidades, em actuação, como também foram percebidos os desafios enfrentados, como por exemplo, a falta de mercado para a produção agrícola, na Comunidade de Muleleman, que força até à **venda de 10 pés de alface por 20 meticais**, situação bastante lamentável e preocupante.

Congratulações ao projecto
Falando na ocasião, a Presidente

da Associação começou por agradecer pelo apoio que os membros têm recebido, no âmbito do projecto, para mais adiante sublinhar que embora o número de membros tenha reduzido à metade, os trabalhos vão bem, pese embora a perda de culturas devido à falta de mercado. *“Este facto tem desmoralizado bastante os membros da comunidade e, em particular, os camponeses e camponesas”* – disse.

Falta de planificação/ Covid

Em conversa entre a equipe visitante e os membros, alguns técnicos apontaram a falta de planificação como o principal motivo de tal facto, uma vez que quase todos os camponeses e camponesas produzem as mesmas culturas, e em simultâneo, o que incita à sobrecarga do mercado, e à conseqüente falta de clientes. Por sua vez, os membros da comunidade e da associação, apontaram também para a pandemia da Covid-19, como contribuinte para a falta de compradores, visto que na sequência das medidas governamentais para a sua prevenção e combate, foram interditas, por exemplo, as realizações de festividades, que de alguma forma constituíam uma das grandes oportunidades para o escoamento da produção.

Na associação foram visitados campos de hortícolas: couve, tomate, alface e repolho.

Trabalho dos activistas

Em conversa com os activistas de nutrição, ficou-se sabendo que estes assistem cerca de 20

==>

No âmbito de monitoria do Projecto de Redução da Desnutrição Crónica

UNAC e SETSAN Provincial de Maputo visitam Magude

==>

famílias, por activista, incluindo crianças dos zero aos 5 anos, mulheres grávidas e doentes crónicos. Relataram, igualmente, que nos últimos tempos aumentaram o número de beneficiários assistidos, em mais 3 pessoas por cada activista, passando de 20 para 23 pessoas; e que o tipo de assistência inclui o acompanhamento a esses grupos vulneráveis, palestras na US-Unidade Sanitária, na comunidade e nas associações, onde passam a informação nutricional, fazem a medição do índice nutricional das crianças (para o mapeamento das crianças em situação delicada), sendo que para esta última actividade, cada activista tem uma fita medidora, e que os casos graves são encaminhados de imediato à US, enquanto os menos graves têm tido seguimento dentro da comunidade.

Encontro/ intervenientes

De seguida, teve lugar o encontro entre as organizações implementadoras do Convênio (2 representantes da UNAC-União Nacional de Camponeses e 3 da ROSA-Rede de Organizações para a Segurança Alimentar), GT SAN (pontos focais de 3 serviços: SDAE, SDJET, SDPI) e SETSAN Provincial.

No referido encontro os implementadores do Convênio começaram por apresentar as actividades realizadas, no geral, nos seus locais de actuação.

Ademais, os serviços distritais apresentaram alguns aspectos que lhes preocupam. A título de exemplo, o representante do



Momento de auscultação dos beneficiários do projecto, ainda em Magude, no âmbito da monitoria.

SDJET solicitou ao SDAE e parceiros do Convênio, apoio de extensão/ assistência nas escolas localizadas nos locais de actuação, bem como apresentou a proposta de realização de palestras nas escolas, aproveitando as crianças e adolescentes como veículos para massificar a informação nas comunidades. *“Pensando bem, as crianças seriam um grande potencial, para um processo destes, de divulgação de saberes e técnicas de combate à desnutrição, nas comunidades; daí que achamos que a “parceria” com as escolas e, particularmente, com as crianças, trará uma mais-valia às nossas intervenções e actividades”* - argumentou.

Sobre a assistência, o técnico do SDAE sublinhou que a interrupção das aulas, como consequência da pandemia da Covid-19, determinou, igualmente, a interrupção da assistência, uma vez que as escolas fecharam.

Os participantes foram unânimes em concordar que há défice de informação entre eles, reconhecendo ser necessária a criação duma plataforma de comunicação.

Preocupações locais

Por fim, a Presidente da Associação Timinyeleni, na Comunidade de Mapulanguene (local de actuação da UNAC), companheira Mimosa, apresentou a preocupação de assoreamento dos canais de irrigação, na sua comunidade, e solicitou apoio do governo, pois, quando isso acontece eles ficam impossibilitados de produzir.

Numa outra abordagem, a companheira Mimosa reconheceu que a UNAC tem apoiado bastante na alfabetização e/ou educação de adultos, entretanto, a maioria dos educandos tem problemas de vista, o que contribui negativamente para o seu aproveitamento pedagógico.

A problemática da terra e as políticas falhadas do governo



Calisto Paulo, para quem os “investidores estrangeiros” são falsos, nas suas promessas.

A relação entre os pequenos agricultores moçambicanos, comunidades rurais e os investidores estrangeiros, tem sido caracterizada, nas últimas décadas, pelo surgimento de focos de conflitos de terras, resultantes da falta de transparência na atribuição de espaços, a estes últimos, e a sua consequente usurpação. Sobre estas matérias, o Governo, a vários níveis, já apareceu em público a recusar tal fenómeno, não obstante a continuidade das denúncias.

Usurpação a olhos vistos

Numa das mais recentes Conferências Internacionais sobre Terra e Sementes, que a UNAC-União Nacional de Camponeses tem realizado, com o objectivo, justamente, de compulsar sobre o recurso terra, juntando camponeses/camponesas e diversos interveniente relevantes, o companheiro Calisto Paulo, por exemplo, da UPCN-União Provincial de Camponeses de Niassa, explicou que no norte do país, a usurpação de terras

estava tomando contornos assustadores, pois, os investidores estrangeiros que a convite do Governo entram em Moçambique, prometendo emprego, melhoria das condições de vida e o alcance do desenvolvimento, nada mais fazem que não seja ocupar várias extensões de terra dos nativos, em processos pouco claros, e que geralmente têm a cobertura e protecção dos governos locais.

Paulo lamentou que as promessas sirvam apenas para “o inglês ver”. *“Os empregos que nos dão, se nos derem, só duram três meses, pois, depois disso não precisam mais de nós, porque já produzimos para eles. Mandam-nos passear e não nos chamam na hora da colheita”* - denunciou, em jeito de desabafo.

Rescaldo/ Políticas falhadas

Segundo o companheiro Calisto Paulo, é por causa dessa situação calamitosa em que se encontram muitos camponeses e camponesas, que urge questionar ao próprio governo, se este realmente teria algum

projecto-programa que os pudesse, de facto, beneficiar. *“A Revolução Verde falhou. Mandaram-nos produzir jatrofa, fizemo-lo e ninguém comprou. Ouvimos falar de PROAGRI, PARPA, PAMA, etc. Só ouvimos falar. Veio a pouco, o ProSavana, que parecia ser o maior de todos esses programas, mas por causa das suas consequências bem maiores que os eventuais benefícios, o rejeitamos e lutamos contra ele até vencê-lo. Hoje temos o SUSTENTA, discriminando os camponeses e camponesas, e cheio de manipulações de vária índole”* - destacou.

Outros depoimentos

Na mesma ocasião, a companheira Ana Siteo asseverou que na zona sul do país, os problemas são similares. Em Homóine, por exemplo, na província de Inhambene, as pessoas estão a ser retiradas das suas terras e não há nenhuma explicação clara do que está para acontecer.

A confirmar o fenómeno, Rebeca Mabui, também camponesa, do Distrito da Manhiça, Província de Maputo, acrescentou que *“na boa política, os camponeses e camponesas são os primeiros guardiões da terra, mas agora, com o apadrinhamento do próprio Governo, essa terra está a ser-nos retirada por estrangeiros. Os turistas chegam ao ponto de nos impedir de ter acesso aos rios e aos demais recursos naturais”*.

“A terra está à saque”

Segundo o companheiro Domingos Buramo, em Manica,

==>

Um assunto sempre presente e sempre actual, em Moçambique

A problemática da terra e as políticas falhadas do governo

==>

nos Distritos de Barué, Sussundenga e Tambara os camponeses e camponesas estão sendo retirados das suas zonas de origem. Em Sofala há focos de conflitos de terra no Distrito de Chemba. Enfim, um pouco por todo o país, relata-se actos de açambarcamento de terras. “Praticamente, o recurso terra está à saque, neste país, curiosamente, com total inobservância da legislação inerente, e com um envolvimento estranho, suspeito e assustador, dos governantes, nesses processos” - denunciou Buramo.

Problemática das sementes

Numa outra abordagem, porém, não menos importante, muitos camponeses e camponesas ergueram as suas vozes para reclamar das sementes “melhoradas”, fornecidas pelo Ministério da Agricultura, considerando que estas não germinam, não resistem e são de difícil conservação. Entretanto, o Executivo diz tratar-se de situações isoladas e defende que há casos de sucesso. “E para verificar isso, basta olhar para a produção do tomate”.

Qual é o papel do Governo?

Para o académico moçambicano, Dr João Mosca, os principais desafios actuais dos camponeses e camponesas são: (i) O combate à pobreza, (ii) O alcance da segurança/ soberania alimentar e (iii) A melhoria da qualidade de vida. Entretanto, tudo isso depende de outros factores que não lhes são disponibilizados por quem de direito, que são os meios e investimentos para a execução da sua actividade agrícola.



Domingos Buramo, Vice-Presidente da UNAC, para quem a terra está a saque, em Moçambique.

A entrada desenfreada do capital estrangeiro na área de agricultura comercial, poderá, sem dúvidas, agravar essa situação. Esse capital poderá, segundo alerta o estudioso, diminuir ou aumentar a produtividade dos pequenos produtores.

Entretanto, de uma coisa Mosca não tem dúvida: esse mesmo capital só poderá beneficiar uma minoria do universo de camponeses e camponesas, sendo que a maioria apenas irá sofrer as consequências negativas, facto que irá originar grandes transformações sociais no meio rural e, muito provavelmente, conflitos neste espaço.

O académico desaprova também a pretensão do Governo de transformar os camponeses e camponesas em produtores comerciais. O objectivo central do plano de desenvolvimento agrário prevê a transformação da agricultura de subsistência numa produção agrícola orientada para o mercado. Contudo, Mosca afirma que não é possível transformar 80% de camponeses e camponesas que praticam a

agricultura de subsistência, em produtores comerciais.

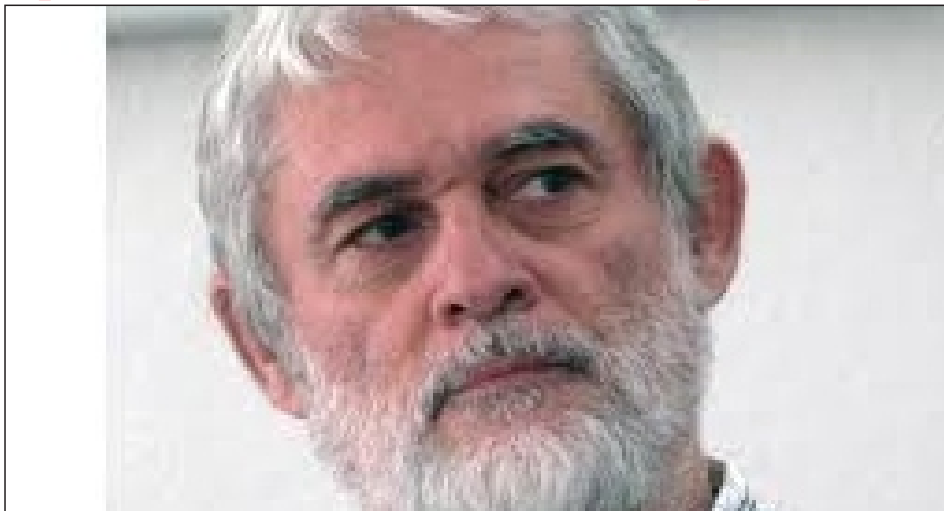
“A união faz a força”

Ainda na sua intervenção, Mosca chamou à atenção para o facto de os investidores estrangeiros (que muitas vezes entram no país prometendo desenvolvimento), não estarem preocupados com a situação do camponês, mas sim com o lucro. “Na verdade, o camponês não pode e nem deve tentar travar essa luta sozinho, porque não é capaz de fazer face ao capital mineiro ou outros investimentos na zona rural, se não estiver associado. Vai haver muita confrontação no meio rural, com a entrada desse capital, e o camponês tem de estar preparado em associações fortes para fazer frente a essa nova realidade que se avizinha” - disse.

Outro aspecto que mereceu atenção por parte de Mosca, está relacionado com a política de financiamento dos camponeses, pois, segundo indicações do então Director Nacional da Economia Agrária, Sr Raimundo Matule, o país possui(a) vários

==>

A problemática da terra e as políticas falhadas do governo



Dr João Mosca, para quem os “investidores estrangeiros” só se preocupam com os lucros.

==>

mecanismos de financiamento, nomeadamente, o Fundo de Desenvolvimento Distrital, vulgo sete milhões, Linha GAPI, instituições de microcrédito rurais, entre outros programas específicos de organizações da sociedade civil.

Fundo de desenvolvimento

Segundo ainda Matule, o pelouro da Agricultura tinha (tem) também os seus mecanismos de apoio aos camponeses e camponesas, através do Fundo de Desenvolvimento Agrário (FDA), nomeadamente, os créditos Agrário, Pecuário e Florestal, tendo sido desembolsados, de 2012 até à data, cerca de 407 milhões de meticais, em benefício destes.

No entanto, para João Mosca, faz pouco sentido que o Governo esteja a gabar-se por considerar que há diversos meios de financiamento de camponeses e camponesas, pois menos de 2% destes é que

recorre a eles, para além de que o microcrédito, também içado pelo Governo como estando a trazer grandes benefícios, “*praticajuros altíssimos, mais que os próprios bancos*”, o que só retrai os potenciais beneficiários.

Para Mosca, o capital externo tem como aliados as elites no poder em Moçambique, que se encontram no sector público; numa aliança extensiva aos poderes locais, o que coloca o camponês em desvantagem, em relação aos investidores, no acesso à terra, que, curiosamente, lhes pertence. Mosca diz ainda que a forma como é (era) feita a alocação dos sete milhões é (era) uma clara demonstração do complô entre o poder rural e central, uma forma encontrada por este último, de estender a sua influência àquele nível. “*A luta dos camponeses e camponesas pela terra, deve, pois, trazer um desenvolvimento economicamente equitativo, socialmente justo, culturalmente ajustado e sustentável, na exploração dos recursos*

naturais, pois, isso irá trazer a soberania alimentar” - defendeu o académico.

Apoio à agricultura familiar

Para o também académico Adelino Rafael, não faz sentido que com quase quatro décadas de independência, o país não tenha uma política de apoio à agricultura familiar, tendo em conta que 80% dos moçambicanos vive desta actividade. “*O Governo negligenciou a academia e não sabemos qual é a fonte de produção de políticas públicas*” - afirmou, concluindo que há necessidade de haver uma orientação estratégica de prioridades de formação e investigação, que assessoro o Governo e a sociedade, na definição das políticas públicas.

Na sua opinião, “*o Governo deve definir áreas prioritárias de investigação agrária. O Estado não esclareceu as áreas prioritárias para a investigação, no país, e por isso, são ainda poucas, em Moçambique, as academias de referência, na área de desenvolvimento agrário*”.

Outro constrangimento é relativo ao financiamento das pesquisas. Segundo Rafael, grande parte do investimento destinado às pesquisas, provém de empresas estrangeiras, o que faz com que as investigações sejam feitas em função dos interesses dessas entidades.

Escrito por Alfredo Manjate
Adaptado por
Apolinário Maria Ricardo

Ficha Técnica

“BOLETIM INFORMATIVO UNAC”, Maputo, 31 de Dezembro de 2021, Edição nº 72, Propriedade da UNAC-União Nacional de Camponeses, Editor: UNAC, Endereço: Rua da Resistência Nº 1803 - Maputo, Impressão: GlobalTouch. Periodicidade: Trimestral, Tiragem: 3000 exemplares, Nº de Registo: 041/GABINFO-DEC/2007, Chefe da Redacção: Luís Mário Muchanga, Maquetizador e Revisor: Apolinário Maria Ricardo. Colaboraram neste Nº: M. Buanausse, B. Manjaze, N. Tembo, B. Abuso, E. Paulino, L. Fr. Agradecimentos: Afrikagrupperna. Site: www.unac.org.mz
UNAC - União Nacional de Camponeses - Sede: Rua da Resistência Nº 1803 - Maputo - Tel.: 258 (21) 416016 - Fax.: 258 (21) 41 60 18 - E-mail: unac@unac.org.mz

No âmbito da implementação do Projecto de Redução da Desnutrição Crónica

UNAC capacita camponeses(as) em matéria de Advocacia

Decorreu, recentemente, a capacitação, em Advocacia e Lobby (e Lei de Terras), dirigida aos camponeses e camponesas dos Distritos de Namaacha e Moamba. A actividade insere-se no programa inerente à implementação do Projecto de Redução da Desnutrição Crónica vs Fortalecendo a Agricultura Familiar, na Província de Maputo.

Relativamente aos objectivos específicos, importa referir que o evento visava: (i) Incutir nos membros as noções básicas sobre participação democrática, advocacia e lobby; (ii) Fortalecer o conhecimento dos membros nas matérias e ferramentas políticas e governamentais, sobre seus direitos, incluindo a Lei de Terras; e (iii) Colher o posicionamento campesino em relação à revisão da PNT-Política Nacional de Terras. Ou seja, o evento teve como móbil principal, a necessidade de aumentar a capacidade dos camponeses e camponesas, de conhecer os seus direitos, para melhor participarem dos espaços de influência e apresentarem as suas questões e opiniões, em espaços relativos e respectivos.

Decurso da actividade

Nos dois primeiros dias, a formação decorreu no Posto Administrativo de Matsequenhe, no Distrito de Namaacha, e nos dias subseqüente, no da Moamba. No primeiro local, eram esperados 19 participantes, entretanto, estiveram presentes 14 (devido ao mau tempo que se fazia sentir). No segundo local, estiveram envolvidas duas associações, Uaimbela e Tchivirica, com 19 e



Participantes da capacitação em Advocacia e Lobby, realizada no Distrito de Namaacha.

14 membros, respectivamente.

Relativamente às matérias dadas, importa referir que para além do tema UNAC-União Nacional de Camponeses (ideia e ano de criação, assembleia constituinte, contexto de legalização, valores, missão, visão, pilares, símbolos do movimento campesino, etc), mereceu igual atenção, a abordagem sobre a agenda campesina actual, com enfoque para a Soberania Alimentar (que é diferente da Segurança Alimentar, uma vez que a Soberania Alimentar abarca aspectos como escolha de meios de produção, técnicas de produção, insumos, etc, incluindo sementes nativas).

As práticas agroecológicas

Por outro lado, os membros (formandos), perceberam a essência da prática da agroecologia, que vai para além do aspecto técnico, isto é, que inclui o aspecto político da agenda campesina. Ou seja, o que os camponeses (e camponesas) acreditam e defendem, sendo

para o bem comum das famílias camponesas.

Perceberam, igualmente, que a iniciativa de fundo da associação, associa-se à sustentabilidade, que é um dos pilares da UNAC. A título de exemplo, e sustentando a sua percepção em relação à importância do fundo, alguns dos formandos contaram o episódio da avaria da motobomba, cuja reparação (aquisição de peças e mão-de-obra) contou com o recurso ao valor do fundo da associação. “Pese embora alguns dos companheiros e companheiras se recusem a contribuir para o fundo, achamos ele importante sim, porque foi com recurso a ele que resolvemos a avaria da motobomba” – sublinharam.

Outras percepções

A Presidente da Associação de Camponeses de Matsequenhe frisou que não conhecia os símbolos da UNAC e as cores da sua bandeira, sendo que sempre se questionou sobre o porquê das cores verde, amarela e branca,

==>

UNAC capacita camponeses(as) em matéria de Advocacia



Para além da Advocacia e Lobby, na capacitação abordou-se, igualmente, a Lei de Terras.

==>

nas camisetas e bonés da UNAC. “Agora percebi o motivo destas cores terem sido aprovadas ao mais alto nível político do movimento (Assembleia-geral da UNAC)” – concluiu.

Ainda sobre a UNAC, um membro da associação falou sobre a valorização da semente nativa, ajuntando que a partir da formação, ficou sabendo da importância e valor histórico da semente nativa, e que passará a valorizá-la e a conservá-la.

Conflito Homem-Animal

Durante o debate, vários outros aspectos comuns de luta camponesa e/ou relevantes para a vida no campo, foram sendo levantados, como por exemplo, a invasão de animais selvagens às machambas; facto que tem se constatado não somente em Matsequenha (Namaacha) como também em Lhembe (Moamba) e Salamanga (Matuine). Sobre este ponto, a alfabetizadora Cecília, recorrendo a um dos gritos da UNAC “Globalizemos a luta, globalizemos a esperança”, questionou sobre as prováveis soluções, da parte da UNAC, com vista ao

combate a esta invasão, uma vez o problema ser comum entre os camponeses e camponesas.

Em jeito de reacção, a facilitadora recorreu a dois níveis possíveis de (re)solução: Local, através de práticas locais, comunitárias e tradicionais; e/ou através do trabalho dos fiscais das reservas, acção que demanda, primordialmente, a apresentação/ denúncia da situação, às instâncias governamentais. Aproveitando que o evento decorria nas instalações do Posto Administrativo, ironicamente, a facilitadora indicou que bastava apresentar-se o caso, imediatamente, à Secretaria do Posto, na porta ao lado.

Advocacia e direitos

No segundo dia, foram discutidos temas como advocacia e direitos camponeses (incluindo aspectos pontuais sobre a Lei de Terras). Sobre advocacia, foi explicado o significado do termo, o objectivo da advocacia, a sua importância, etc.

Ao longo do debate sobre este tema, os formandos apresentaram exemplos de casos nos quais eles estiveram directamente

envolvidos, seja como vítimas, ou como parte da solução; e foi um debate bastante interessante, pois, puderam mostrar que souberam, pontualmente, associar o conhecimento adquirido à experiência vivida.

No tema referente aos direitos camponeses, a formadora começou apresentando sobre o conceito de participação política e de Estado (constituído por território, governo e povo). Adiante, apresentou alguns direitos que os camponeses e camponesas têm, enquanto usuários da terra e cidadãos que geram a riqueza nacional, maior parte dos quais estão emanados na Lei de Terras de 1997, e que foram popostos pela UNAC, dentre os quais se destaca: (i) “Terra, propriedade do Estado”, (ii) Direito por ocupação, (iii) Direito da mulher à terra, (iv) Papel das autoridades comunitárias, e (v) Direito consuetudinário (custumeiro).

Aspectos legais inerentes

Sobre os aspectos patentes na lei ou que a lei defende à favor das comunidades, foram apresentados os seguintes: a facilidade das comunidades em merecer do Governo o respeito e a protecção das suas terras e machambas (que ocupam para os vários fins: agricultura, pousio, habitação, pastagem de gado, áreas de expansão, culto, etc); “proibindo-se” assim, que essas terras sejam dadas a outros interessados, sem o consentimento dos seus ocupantes. “A lei garante que as comunidades sejam informadas/ consultadas, pelo governo, previamente e/ou com a devida antecedência, e com suficiente detalhe e

==>

No âmbito da implementação do Projecto de Redução da Desnutrição Crónica

UNAC capacita camponeses(as) em matéria de Advocacia

==>

clareza, sobre qualquer processo que esteja a decorrer, de pedido de terra, de exploração de madeira ou de fauna bravia, de extracção mineira ou de exploração de petróleo, ou de gás, de criação de uma área de conservação ou de implementação de um projecto (estrada, barragem, linha férrea, gasodutos, linhas eléctricas, etc.), que incida sobre o território e terras locais” – explicou a facilitadora.

Ademais, nesta informação, o Governo deve dizer e explicar as vantagens e desvantagens sociais e ambientais, para a região, e para as comunidades abrangidas, bem como as medidas previstas para a gestão desses problemas.

Direito de participação

Continuando, a facilitadora referiu-se ao direito das comunidades, de participar activamente, lado a lado com as autoridades do Governo ou do Município, no processo de atribuição de terras ou direitos sobre recursos naturais locais, a novos interessados, incluindo, na resolução de eventuais conflitos e na identificação dos limites das áreas a serem ocupadas, tanto pelo novo interessado, assim como pela comunidade e famílias locais. “*Tal envolvimento, abre, igualmente, espaço para que as comunidades participem nos benefícios económicos de qualquer tipo de projecto (agrícola, pecuário, reflorestamento, corte de madeira, exploração mineira, de petróleo e gás, industrial, etc), que ocupe mais de 10.000 hectares, implementado junto de suas terras,*



Participantes da capacitação em Advocacia e Lobby, realizada no Distrito da Moamba.

devendo-se, para o efeito, assinar os respectivos contratos com o operador ("Acordo de Parceria") e devidamente visado pelo Administrador do Distrito como garante do mesmo” – detalhou a facilitadora, companheira Matilde Buanausse.

Direito de passagem

Outro direito mencionado, e que assiste aos cidadãos ou comunidades, é o de **passagem**. Alcançado o consenso com o novo ocupante de terra (empresa privada ou projecto público) ou por decisão do Governo ou do Tribunal, este mesmo cidadão ou comunidade, tem o direito a uma via de passagem (caminho, estrada, ponte, etc.), para acesso mais fácil às terras, rios, caça, floresta, local de culto, hospital, escola, aldeia vizinha, etc, que tenha sido movido da sua zona de residência, na sequência da nova ocupação, pelo privado ou projecto público. “*E dá-se ainda abertura para que as comunidades e cidadãos possam opor-se, por via dos Tribunais Administrativos, contra uma decisão do Administrador, do Governo da Província, do Ministro ou do Conselho de Ministros, que lese*

ou ponha em risco os direitos e poderes acima referidos, incluindo solicitar a interrupção da aplicação de uma decisão já tomada nesse sentido” – ajuntou Buanausse.

“Resistir e denunciar”

No final do evento, os participantes agradeceram pela formação, especialmente sobre a Lei de Terras, pois, conseguiram perceber sobre os contornos, na lei, que podem apoiá-los. A título de exemplo, foi citado o caso duma cidadã que chegou a uma comunidade e disse que mesmo tendo títulos de DUAT-Direito de Uso e Aproveitamento da Terra, os camponeses e camponesas locais perderiam as suas terras, a favor de eventuais investidores que o Governo decidisse colocar no local. “*Com a capacitação, aprendemos que também podemos resistir e denunciar esse tipo de violações à lei” – disseram.*

Nos dois últimos dias, a formação foi com membros das Associações Uaimbela e Tchivirica, nos mesmos termos e condições.

Matilde Buanausse

Associação Akili Mali empenha-se na “Poupança e Crédito”

Os membros da Associação Akili Mali, composta por 10 homens e 6 mulheres, no Bairro de Nicuapa, Distrito de Montepuez, Província de Cabo Delgado, estão concentrados na actividade da Poupança e Crédito Rotativo, num ciclo que teve início a 15 de Maio e termina a 30 de Dezembro.

Primeiro, renovar a casa...

Falando para o “Boletim Informativo UNAC”, a Presidente do grupo, companheira Amina Abala, revelou que se sentia segura e entusiasmada com o progresso da actividade, dado que tal lhe possibilita programar-se e/ou planificar as aplicações a fazer, ao receber de

volta o valor poupado, e acumulado. *“Meu primeiro sonho é renovar a minha casa, e garantir os estudos dos meus filhos. Mas enquanto for possível poupar e incrementar, progressivamente, os valores, irei realizando mais investimentos e materializando outros desejos, que sejam sustentáveis para a minha família”* – disse.

Da escola para a machamba

Por outro lado, Fakir Arlindo, igualmente camponês e membro do grupo de poupança e crédito, pai de 2 filhos, e que se dedica à produção de hortícolas, desde a adolescência, falou da sua paixão pela horticultura e, igualmente, dos seus planos para o uso

sustentável do dinheiro poupado. *“Estudei somente até a 10ª classe, na Escola Secundária de Montepuez, mas devido à falta de condições, desisti de estudar e passei a dedicar-me à produção de repolho, couve e alface. Meus amigos me convidaram para a poupança, e estou grato a eles, pois, considero-a uma prática positiva, porquanto possibilita-nos prosperar”* – referiu.

Ampliar a área de cultivo...

Arlindo diz sonhar, a breve trecho, com a ampliação da sua área de cultivo, e com a compra duma motobomba.

Delfina Rachide, Cabo Delgado

UNAC organiza 1ª Feira Agrícola e Gastronómica da Mulher



Parte das expositoras da 1ª Feira Agrícola e Gastronómica, realizada na Vila de Marracuene.

Celebrando o Dia Internacional da Mulher Rural, e Mundial da Alimentação, que se celebram, respectivamente, nos dias 15 e 16 de Outubro, a UNAC organizou, na Vila de Marracuene, Província de Maputo, a “1ª Feira Agrícola e Gastronómica das Mulheres Rurais”.

A simultânea celebração das

duas efemérides, organizada em parceria com a Rural Women's Assembly (uma rede regional de organizações feministas e de camponeses e camponesas, da qual a UNAC faz parte), decorreu sob o lema: *“Mulheres camponesas produzem, alimentam e curam o povo, com semente nativa, em tempos de Covid-19, defendendo a paz”*. E o evento

tinha como objectivo: “expor os produtos agrícolas e gastronómicos das camponesas e mulheres rurais, bem como reflectir, junto destas, sobre o impacto da Covid-19, na garantia e disponibilização de alimentos saudáveis e nutritivos”.

Liderança feminina

Durante as reflexões sobre as datas, foi destacada a necessidade do empoderamento das mulheres, em posições de liderança, como forma de salvaguardar os seus direitos à igualdade e equidade do género.

O evento contou com a presença dum universo de 79 pessoas, das quais 8 homens e 71 mulheres, da Cidade e Província de Maputo, tendo participado, para além destes, representantes da UNAC, do Governo Distrital e de parceiros de cooperação.

Benilde Manjaze, Maputo

Assistidos pela fundação Helen Keller, em Moatize, Província de Tete

Promotores aprendem a preparar e conservar produtos

Entre os dias 21 e 24 de Setembro, promotores afectos ao projecto assistido pela Helen Keller, beneficiaram de mais uma capacitação, desta feita, sobre a preparação e conservação de produtos agrícolas. Aprenderam a secagem de diversas culturas (vegetais) usando estufa, e tiveram a oportunidade de fazer biscoitos, sumos e jama (a partir da batata-doce de polpa alaranjada, banana, papaia, cenoura e tomate).

Com efeito, e como acima dito, os capacitandos adquiriram conhecimentos inerentes à preparação e conservação de produtos da machamba, de modo a reduzir os níveis do desaproveitamento e consequente perda dos mesmos, quando faltam clientes, minimizando, por outro lado, o crónico problema da desnutrição, sobretudo em crianças menores.

Preparação e conservação

Falando ao “Boletim Informativo UNAC”, o Promotor Zarco Lamek Mauzinho, congratulou e agradeceu aos organizadores da formação que, segundo suas palavras, ajudará a todos os formandos e às comunidades ao redor, a saber conservar e preparar os produtos/ derivados, sobretudo suplementos, que ajudarão a salvar vidas de crianças desnutridas, mulheres grávidas e mães amamentando. “É, de facto, uma mais-valia, pois, no lugar de vermos nossos produtos apodrecendo, sem ideia do que fazermos com eles, como acontecia até agora, passaremos a usá-los na produção, por exemplo, do Jama, recuperando assim,



Demonstração do Jama fabricado a partir de diversos frutos e tubérculos.

parte do nosso investimento no processo produtivo, com as receitas da sua venda, primeiro, aqui mesmo na nossa Cidade de Moatize, e quem sabe, na de Tete, no futuro” – concluiu.

O “Boletim Informativo UNAC” soube, na ocasião, que os capacitandos aprenderam, igualmente, a conservar o milho, e a conhecer e dominar o calendário agrícola e a tabela de consumo familiar e os seus cálculos. “Na verdade, aqui nesta formação aprendemos que existem várias maneiras de conservação de milho, nos silos, em tambores metálicos e em sacos. Mas mais do que aprendermos que existem maneiras, aprendemos também a fazer uso delas (essas maneiras)” – explicou um dos formandos.

Apelos à aplicação e réplica

Em representação do Director Distrital da Agricultura, esteve o Supervisor do SDAE-Serviços Distritais de Actividades Económicas, Senhor Tomás Jorge António Vaz, que disse ao “Boletim Informativo UNAC” que se sentia satisfeito,

testemunhando a transmissão de conhecimentos válidos, e a entrega e participação activa de todos, numa formação em matérias tão importantes e tão pertinentes na vida quotidiana das comunidades. “Meu apelo, portanto, é que os companheiros e companheiras aqui formados, pratiquem e replicam, imediatamente, os conhecimentos adquiridos, nas suas famílias e comunidades, para que dessa forma, estejam contribuindo para o combate à desnutrição crónica, nas crianças, nas mães latentes e nas mulheres grávidas” – apelou.

Participação abrangente

De referir que o evento contou com a participação de diversos promotores, dos Povoados de Benga, Zobue, Chitsita, Cateme, Djenje, Cachenga, Nchega, Katipos e outros povoados abrangidos pelo projecto.

Helen Keller é uma Fundação americana, vocacionada ao combate à desnutrição, nalguns distritos da Província de Tete.

Beatriz José Abuso, Tete

De empoderamento da mulher, financiado pela SOCODEV

Membros da “Mata Fome” beneficiam dum novo projecto

A Associação Mata Fome, sita na Localidade de Nhongonha, no Distrito de Marracuene, Província de Maputo, passou a beneficiar, desde o último dia 10 de Novembro, de um projecto de empoderamento da mulher rural (PAEF), financiado pela SOCODEV, uma Organização canadiana.

A alegria dos beneficiários

No acto da apresentação, a Presidente da Associação, companheira Alice Matine, congratulou a iniciativa e agradeceu aos proponentes, prometendo fazer o projecto valer a pena, contribuindo para o alcance dos objectivos que guiaram a sua concepção.

Matine apresentou, igualmente, os membros da associação, em número de 25 (6 homens e 19 mulheres); e sublinhou: “*Estamos imensamente felizes, por podermos beneficiar de tão pertinente projecto*”.

Breve perfil do projecto

Por sua vez, Tatiana Almeida, representante da SOCODEV, agradeceu aos presentes, e falou detalhadamente dos termos de referência do projecto, seus beneficiários, duração, etc.

Com efeito, o projecto foi concebido para beneficiar principalmente as mulheres, durará 6 anos, e visa, essencialmente, incentivar e alavancar a

produção da batata-doce de polpa alaranjada e rocha. “*Nós nos responsabilizaremos pela lavoura dos campos, limpeza das valas, fornecimento das ramas melhoradas de batata-doce e comercialização. E vocês, pela produção*” – explicou.

Escola na machamba

A terminar, Almeida referiu-se a aulas que serão ministradas aos beneficiários (escola na machamba), em técnicas de produção e cooperativismo, com vista ao sucesso do programa. Sara Nhantumbo foi apresentada como a técnica que cuidará da leccionação.

Luísa França Magaia, Maputo

Camponeses(as) de Maputo contribuem para a nova PNT



Membros da UNAC, na Província e Cidade de Maputo, compulsando sobre a nova PNT.

Decorreu, aos 22 de Outubro, na Cidade de Maputo, a reunião de auscultação pública aos camponeses e camponesas da União de Camponeses da Cidade de Maputo e da União Provincial de Camponeses de Maputo, no âmbito da actual Revisão da PNT-Política Nacional de Terras, naquela que foi a primeira auscultação

às UPC's-Uniões Provinciais de Camponeses, membros da UNAC-União Nacional de Camponeses.

Objectivo do encontro

O encontro foi conduzido pelos membros da Comissão de Revisão da Política Nacional de Terras, nomeadamente, Dr. Armindo Chaúque e Dr. Jorge

Chicui, e tinha como objectivo: Colher ideias e contribuições do campesinato, para melhorar o quadro legal de gestão de terras, especificamente no que diz respeito ao:

- (i) Acesso à terra,
- (ii) Posse, legalização, uso e manutenção da terra,
- (iii) Transmissão da terra, e
- (iv) Conflitos de terras.

Sugestões apresentadas

Além de discutir os desafios em relação ao acesso, posse e uso da terra, os camponeses e camponesas, membros da UNAC, propuseram algumas soluções para sanar as dificuldades, como por exemplo, a emissão de um documento que certifique a titularidade da terra por parte de famílias camponesas e comunidades rurais, através das práticas costumeiras e da ocupação por boa-fé.

Benilde Manjaze, Maputo

No âmbito da preparação da Assembleia-geral e Eleitoral da UNAC

Órgão fiscalizador da UNAC visita as bases do movimento

No dia 24 de Novembro, o Conselho Fiscal da UNAC- União Nacional de Camponeses visitou a Província de Tete e/ou a UPCT-União Provincial de Camponeses de Tete, com o objectivo de, por via da medição do pulsar do movimento, na base (auscultando os membros), avaliar o desempenho do Conselho de Direcção da UNAC.

O pulsar do movimento

Durante o encontro havido, na ocasião, o Presidente do Órgão, companheiro Munengano José Basquete, procurou saber dos presentes, destacadamente, as lideranças da UPCT, sobre o dia-a-dia do movimento, na província, ao que o Presidente da UPCT, companheiro Freitas Stevene Jemusse, explicou: *“Na nossa província, o movimento está de boa saúde, a medir, principalmente, pela boa coordenação e colaboração entre as lideranças e os membros, e também com a coordenação executiva e com o governo aos vários níveis”*.

Jemusse falou da transparência na gestão de bens colectivos, da realização de assembleias ordinárias e eleitorais, a todos os níveis do movimento; da participação activas das associações (associados/as), nos destinos, causas e lutas do movimento, e/ou na realização das actividades emanadas; do pagamento de quotas pelas associações às uniões zonais, pelas uniões zonais às distritais, e por estas últimas, à UPCT. *“Na verdade, os membros, a todos os níveis, já perceberam a importância do pagamento de quotas, que para além de símbolo fundamental de aceitação e aderência a uma*



Presidente do Conselho Fiscal da UNAC, num dos momentos do encontro com a Direcção da UPCT.

causa, no nosso caso, é também o garante da sustentabilidade do próprio movimento, desde a base até ao topo” – salientou.

Actividades em curso

Num outro desenvolvimento, Jemusse revelou que a UPCT era constituída por 15.490 membros, dos quais 55% são mulheres; e detalhou sobre as actividades implementadas pelos membros e junto deles, quer partindo de iniciativas locais, assim como a partir da própria UPCT. Falou dos sucessos das práticas agroecológicas, da AC-Agricultura de Conservação, entre outros.

Sobre o desempenho da UNAC como um todo, Jemusse, em nome dos membros da UPCT, aprovou-o, na generalidade. E, pontualmente, outros dos participantes contribuíram para o calor do encontro.

Retomando a palavra, o Presidente do Conselho Fiscal da UNAC, agradeceu a paciência e sabedoria com que o companheiro Jemusse e seu

elenco explicaram sobre o quotidiano do movimento na província e, congratulou, igualmente, à UNAC, pelas suas intervenções na base, sublinhando que só com a unidade, principalmente, o movimento de camponeses continuará triunfante.

Execução do PEUNAC

À margem do encontro, o companheiro Munengano José Basquete, Presidente do Conselho Fiscal da UNAC, revelou ao “Boletim Informativo UNAC” que o Órgão por si dirigido, havia visitado nos últimos tempos, as regiões sul e norte do país, e que ao nível da região centro, os trabalhos iriam terminar na Província de Manica, dias depois, com o mesmo objectivo, o de avaliar as intervenções e a implementação das actividades e programas aprovados pelas assembleias anuais e quinquenal da UNAC, nas quais são aprovados os planos anuais, e foi aprovado, respectivamente, o PEUNAC-Plano Estratégico da UNAC 2015-2020

==>

No âmbito da preparação da Assembleia-geral e Eleitoral da UNAC

Órgão fiscalizador da UNAC visita as bases do movimento

==>

Continuando, Basquete lamentou que o PEUNAC em referência tenha sido executado pela metade, devido ao efeito da Covid-19, que afectou a implementação real de muitas das actividades programadas para os anos 2020 e 2021.

Eficácia da coordenação

Já a companheira Ancha Geraldo, Secretária do Órgão, falando igualmente ao “Boletim Informativo UNAC”, congratulou a eficiência da coordenação e colaboração entre os vários sectores e níveis do movimento, e o exterior. “Pessoalmente fiquei feliz de saber que o pagamento de

quotas virou prática; porque até ao passado recente, esta era uma das grandes dores de cabeça, no movimento, sobretudo, devido à falta de transparência, por parte das lideranças, sobre o destino e o uso dos valores colectados”.

Refira-se que as visitas do Conselho Fiscal da UNAC à base, se inseriam no programa de preparação da Assembleia-geral, quinquenal e eleitoral, prevista para Dezembro de 2021.

Entretanto...

A VIII Assembleia-geral Eleitoral da UNAC, decorreu de 15 a 16 de Dezembro, no Distrito de Marracuene, Província de

Maputo, com sensivelmente 120 delegados, para além de vários convidados, cujo destaque vai para o Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Celso Ismael Correia, que procedeu à Abertura Oficial do evento.

Agenda da assembleia

Dos vários pontos da agenda da VIII Assembleia-geral Eleitoral da UNAC, principal foco vai para o processo eleitoral, do qual a maioria dos anteriores membros dos Órgãos Sociais, se manteve nos cargos. São os casos da Presidente e Vice-Presidente da UNAC e de todos os membros do (anterior) Conselho Fiscal.

Nelson Guilherme Tembo, Tete

‘Graças à vida associativa agora sei produzir biopesticidas’



Companheira Ester Jotamo, que pratica a agroecologia, nos seus campos, e produz biopesticidas.

O “Boletim Informativo UNAC” conversou, recentemente, no Distrito Municipal Kamubukwane, arredores da Cidade de Maputo, com a Vice-Presidente da Associação ADEMA- Associação de Desenvolvimento de Mulato, companheira Ester Jotamo, de 56 anos de idade, mãe-viúva de 6 filhos; com o objectivo de ouvir a sua

história de vida camponesa.

Produção orgânica

Segundo suas explicações, a então cooperativa, dedicou-se à criação de frangos de corte, até à sua falência em 1997. “Então, passamos a produzir hortícolas, até que em 2019, a Abiodes e a Terra sem Fronteira começaram a apoiar-nos. Aí, a

nossa associação alavancou-se. Ajustamos o nome e tratamos da documentação” - explicou, destacando o aprendizado, em matérias de produção de biopesticidas e de práticas agroecológicas, como tendo sido as mais-valias.

Falta de mercado justo

Sobre os níveis de produção, Jotamo considera-nos bons, sobretudo em safras de chuvas regulares e menos pragas, contudo, considera os preços de venda injustos, porquanto, não compensam os custos com a produção. “Outro problema que enfrentamos, tem a ver com o escoamento da nossa produção, para outros mercados” – concluiu, revelando-se animada a continuar, pois, apesar das dificuldades referidas, consegue sustentar a sua família, com os resultados do seu trabalho.

Fortunato Comé, Maputo

Implementado nalguns distritos da Província de Nampula

OXFAM encerra oficialmente o “Projecto Agrimulher”

A Administrativa Onorina Taula, do Comité Oxford para o alívio de famílias em situação de vulnerabilidade (OXFAM), do Projecto Agrimulher, visitou, entre os dias 8 e 10 de Novembro, 3 Uniões Distritais, na Província de Nampula, nomeadamente: Malema, Ribáuè e Monapo, com o objectivo de encerrar oficialmente, o decurso do projecto.

Como parte do programa, foram visitadas as machambas de algumas produtoras, com a finalidade de constatação e auscultação, sobretudo, a respeito dos planos individuais das beneficiárias, no período pós-projecto, visto que o mesmo, implementado por um período de 5 anos, estava encerrando.

Relatos de sucesso

Ao chegar à Associação Omaniha Makhalelo, de Malema-Sede, no dia 8, Taula ouviu sobre o decurso das actividades agrícolas, na voz da respectiva Presidente da Associação, a companheira Matilde Celestino, segundo a qual o trabalho estava indo muito bem. *“Eu, pessoalmente, consegui produzir bem e vender, coisa difícil, no passado, dadas as dificuldades que enfrentávamos, tanto no processo produtivo, assim como na comercialização. Aliás, em resultado desse sucesso, ultimamente tenho conseguido sustentar a minha família”* – referiu, assegurando que o projecto abriu a visão das beneficiárias, através das várias formações que o corporizaram.

Perspectivas a curto prazo

Num dos momentos, foi apresentado o plano de produção e



Beneficiárias do Projecto Agrimulher, em Malema, no acto da despedida de Onorina Taula.

de comercialização, demonstrando os custos, os prováveis prejuízos e os lucros esperados; tendo a Administrativa agradecido e enaltecido às produtoras que, com maior dedicação, se envolveram na implementação do projecto, do início ao fim. E ofereceu-lhes, simbolicamente, um kit constituído por 1 camiseta, 1 boné, uma capulana, 1 caderno e 1 esferográfica.

De referir que assistiram ao evento, os presidentes das 2 Uniões Distritais, técnicos de diferentes Organizações, e Gestores da AENA-Associação Nacional de Extensão Rural.

Por outro lado...

Sob os auspícios da AMPCM-Associação Moçambicana para a Promoção do Cooperativismo Moderno, 8 membros dos Órgãos Sociais da União das Cooperativas Agrárias de Ribáuè, efectuaram, recentemente, uma visita de troca de experiências, à sua congénere, do Distrito de Angoche. O palco do encontro foi a Cooperativa Oxucuro Mali, sita na Comunidade de Canhauana, Localidade de

Napruma.

Consolidação de relações

Conforme apurou o “Boletim Informativo UNAC”, a visita inseria-se no mútuo intercâmbio, com vista à troca de experiências e conhecimentos, e à consolidação das relações de trabalho, visto que ambas dedicam-se aos mesmos propósitos, e contam com a assistência dum mesmo parceiro programático.

Falando na ocasião, o Presidente da União das Cooperativas de Angoche, companheiro Assane Carlitos, lamentou a “desorganização dos companheiros e companheiras”, que nem sempre se mostram fiéis às causas e fins colectivos, e que ditaram a sua adesão ao cooperativismo.

Dívidas mal-paradas

A AMPCM, por sua vez, lamenta a falta de reembolsos dos créditos, por parte dos beneficiários, que alegam a saga da pandemia da Covid-19 e o efeitos nefastos das mudanças climáticas.

Estefânia Paulino e
Laurentino Mussaire, Nampula

Insurgentes vandalizam e roubam no Escritório da UDAC

Como é do conhecimento público, o triste rescaldo da acção terrorista protagonizada pelos homens armados, vulgo insurgentes, ao longo do seu percurso por vários distritos da Província de Cabo Delgado, tem sido caracterizado por actos hediondos e de forte violência, contra os direitos humanos básicos das suas vítimas.

Vandalização da UDAC

Na sequência, entretanto, da relativa calma, resultante da intervenção militar combinada, e da autorização, pelo Governo, do paulatino regresso às zonas “libertadas”, pelos milhões de concidadãos que haviam abandonado as zonas de guerra,

indo estalar-se nas relativamente seguras; foi se constatar a vandalização da sede da UDAC-União Distrital de Camponeses de Mocimboa da Praia, sita no Posto Administrativo de Diaca.

O “Boletim Informativo UNAC” soube que foi o companheiro Simão Belussi Bombem, o primeiro a chegar e constatar a vandalização da sede da UDAC.

Portas roubadas

Em conversa com o “Boletim Informativo UNAC”, o companheiro Bombem, que na ocasião procedia à limpeza do escritório e arredores, explicou que para além da vandalização propriamente dita, alguns materiais

foram roubados. “Encontrei o escritório sem portas e com as janelas partidas. No interior, verifiquei que havia sido subtraído o material de uso corrente, e todos os documentos estavam espalhados pelo chão, e outros destruídos” - disse.

Triste memória

Recorde-se que na sequência desta guerra, o movimento de camponeses na Província de Cabo Delgado perdeu muitos dos seus membros; uns assassinados (a exemplo do então Presidente da UDAC-Palma), outros refugiados, e outros ainda, em situação até agora indeterminada.

Sufo Souda, Cabo Delgado

Aderência à “Poupança” transforma a vida de camponesas



Camponesas de Dunda, em Macossa, impulsionadas pela prática da “Poupança e Crédito”.

No âmbito do Projecto “Mulher Pode Fazer”, promovido e/ou implementado pela UCAMA-União Provincial de Camponeses de Manica, e financiado pela APN-Ajuda Popular da Noruega, camponesas da Localidade de Dunda, no Distrito de Macossa, têm vindo a aderir à iniciativa de criação de grupos de poupança que, por

sua vez, contribuem para a melhoria das suas vidas.

16 grupos criados

Do impulsionador da iniciativa, companheiro Zebiano Thaimo, o “Boletim Informativo UNAC” soube que já haviam sido criados, na data da reportagem, 16 grupos de poupança, maioritariamente constituídos por

mulheres, beneficiárias do referido projecto. Aliás, este visitou, na Sede da Localidade, o grupo Kuzwipira Madzimai, composto por 16 membros, também dedicadas à AC-Agricultura de Conservação.

Visível progresso

Na ocasião, Thaimo falou sobre as principais vantagens da iniciativa que, para ele, e para as beneficiárias, alavancou a vida das mulheres que, com o dinheiro poupado, têm conseguido realizar os seus sonhos. “A vida delas melhorou bastante, desde que aderiram à prática” - assegurou.

Macossa é um dos distritos a norte da Província de Manica, cuja prática da agricultura não é favorável, devido à influência severa do efeito das mudanças climáticas.

Luís Jone Sinagoneca, Manica

Dos distritos à sudeste da Província de Tete

Camponeses(as) lamentam a falta de mercado para o milho

Nos distritos situados à sudoeste da Província de Tete, nomeadamente, Macanga, Marávia e Zumbo, fala-se de disponibilidade de milhares de toneladas de cereais, sobretudo do milho, colhido das últimas duas safras, para a alimentação das famílias, da população em volta, de outras províncias e de países vizinhos, a exemplo da Zâmbia, Zimbabwe e Malawi.

Transbordo da produção

Segundo o Governador da Província de Tete, Senhor Domingos Viola, que a propósito da aludida abundância do milho, falava aos Órgãos de Comunicação Social, as reservas deste cereal, são suficientes, não somente para a alimentação das populações locais, mas também para abastecer o resto do país e a região. *“Estamos, pois, orgulhosos de tão grande registo de produção, na nossa província, que convidamos todos os interessados, a se aproximarem a nós e adquirirem o nosso milho, que já corre risco de putrefação. Por outro lado, encorajamos a os camponeses e camponesas, a manterem este ritmo de produção, porque só assim, estarão os contribuindo na luta contra a fome e a pobreza, na província e no país”* – salientou.

Por sua vez, o Administrador de Marávia, Senhor Mendes Cardoso, que falou ao “Boletim Informativo UNAC”, igualmente sobre o assunto, secundou que o seu distrito, efectivamente, tinha muito milho disponível, em celeiros, e outro sendo debulhado, demandando por espaços mais



Produtores e autoridades, em Tete, preocupados com a falta de mercado para tanto milho.

amplos e apropriados, para o seu armazenamento, e por uma comercialização mais flexível. *“Realmente, a nossa aposta na produção do milho, desta vez foi (re)compensada, pois, para além da própria entrega e dedicação dos produtores, as chuvas também caíram em boa época e num bom nível”* – referiu o governante, lamentando a problemática das vias de acesso, que têm dificultado o processo de escoamento da produção para os circuitos comerciais mais movimentados.

Entretanto...

Em conversa com o Presidente da UDAC-União Distrital de Camponeses de Marávia, companheiro Astone Machaisse, o “Boletim Informativo UNAC” ficou sabendo que, realmente, centenas de toneladas de milho estavam se deteriorando, devido à má conservação, pois, as famílias não dispõem de grandes capacidades de armazenamento, senão de celeiros domésticos que, entretanto, já não respondem a tanta demanda. *“Se as vias de acesso fossem boas, certamente, iríamos tentar*

vender o nosso milho em outras zonas e na cidade grande. Mais comerciantes também viriam até nós, comprar o cereal. Porém, a precariedade da estrada não ajuda” – revelou.

De outras conversas, o “Boletim Informativo UNAC” registou que a principal estrada que liga o Distrito de Marávia ao resto da província, estava em reabilitação, num ritmo bom, de execução; e que alguns comerciantes zambianos, zimbabweanos e malawianos estavam comprando grandes quantidades de milho para os seus países sem, contudo, conseguirem vazar as reservas.

Arbitrariedade de preços

Os camponeses e camponesas, por sua vez, só insistiam pedindo a quem de direito, para ajudá-los nesta questão de vias de acesso, mas também na regulação de preços que sejam sustentáveis, pois, devido à situação de vulnerabilidade em que se encontram, com o produto se deteriorando e sem poder escoá-lo por conta

==>

Camponeses(as) lamentam a falta de mercado para o milho

==>

própria, devido, em parte, à problemática das vias de acesso, os comerciantes forasteiros se aproveitam para determinarem, eles próprios, os preços com que desejam adquirir a mercadoria. *“Eles não nos permitem negociar, pois, sabem da nossa aflição em nos libertarmos do produto. Impõem-nos preços de venda que só a eles satisfazem, e que quanto a nós são injustos, pois, não compensam, sequer, os esforços e os gastos com a produção”* – lamentaram.

Enquanto isso...

Nos Distritos de Mutarara e Doa, os camponeses e

camponesas falam de abundância do gergelim.

O “Boletim Informativo UNAC”, na ronda que efectuou, recentemente, por lá, soube de companheiros e companheiras construindo casas de alvenaria (para residir e alugar), e adquirindo viaturas, motorizadas, moageiras, electrobombas/motobombas, manadas de gado diverso (com destaque para o bovino e o caprino); enfim, de relatos de múltiplos casos de sucesso e/ou de melhoria significativa do nível de vida, graças aos bons resultados da comercialização do gergelim. *“Realmente, a nossa vida melhorou bastante, graças ao*

gergelim, que se tornou a principal alavanca de desenvolvimento do nosso distrito, com reflexos visíveis em nós próprios, os produtores” – revelou a Presidente da UDAC de Mutarara, companheira Rosa Boi, para quem somente os preguiçosos é que sofrem de fome e carências.

A normalidade das chuvas

Conversando com alguns dos companheiros e companheiras, o “Boletim Informativo UNAC” apurou que a queda regular das chuvas, contribuiu, sobremaneira, para os bons resultados alcançados.

Nelson Guilherme Tembo, Tete

UDAC-Cuamba inaugura novo Escritório-Sede, em Mukwapa



Momento solene do corte da fita, em inauguração do Escritório-Sede da UDAC-Cuamba.

Camponeses e camponesas do Distrito de Cuamba, na Província de Niassa, inauguraram, recentemente, o escritório-sede da UDAC-União Distrital de Camponeses de Cuamba. Na ocasião, mais de 50 membros, em representação de todos os outros, mostraram-se alegres pelo grande marco, e prometeram honrar o esforço e o ganho

colectivos, cuidando melhor da infra-estrutura e produzindo sempre mais.

Congratulações

A Presidente da UNAC, companheira Ana Paula Tauacale, convidada a intervir, congratulou os companheiros e companheiras pela iniciativa, e apelou aos presentes para a

necessidade da preservação e valorização da semente nativa, reconhecida como a melhor.

Por sua vez, o Administrador do Distrito, Senhor João Mankwinja, assegurou a disponibilidade do governo local, em colaborar para o sucesso das actividades dos camponeses e camponesas.

Agradecimentos

Gonçalves Mucona, Presidente da UDAC-Cuamba, agradeceu a todos os intervenientes, directos e indirectos, do processo de construção da infra-estrutura.

A UDAC-Cuamba é actualmente constituída por 12 Uniões Zonais, 98 Associações e mais de 3000 membros. A sede ora inaugurada localiza-se em Tópola, Regulado Mukwapa, ao longo da estrada Cuamba-Nampula, a sensivelmente 5km da Vila.

Julião dos Santos, Niassa

Em resposta ao recrudescimento deste tipo de crime, naquele distrito

Camponeses(as) de Tome discutem Violência Doméstica

Realizou-se no dia 24 de Novembro, no Posto Administrativo de Tome, Distrito de Funhalouro, Província de Inhambane, mais uma reunião dos membros locais da UDAC-União distrital de Camponeses de Funhalouro, presidida pela respectiva Presidente, a companheira Maria Madoche Siteo, com o objectivo, desta vez, de compulsar sobre as questões de género e violência doméstica. Os participantes vinham em representação de todas as associações de camponeses daquele Posto Administrativo.



Maria Madoche Siteo, Presidente da UDAC-Funhalouro e Vice-Presidente da UPCI.

Recorrência de violações

Falando, na ocasião, Siteo fez saber que o encontro surgia como resposta a várias queixas e lamentações dos membros, naquele Posto, relativamente às sistemáticas agressões e/ou violações à legislação relativa a questões do género/ família e, principalmente, sobre a ocorrência da violência doméstica, em muitas famílias. *“Muitas mulheres se queixam do quase generalizado desrespeito pelos seus direitos básicos e, sobretudo, de violência moral, psicológica, sexual, física, perpetrada pelos respectivos companheiros, nos seus lares. Segundo elas, os maridos não as respeitam, e isso as inquieta, de tal forma que na procura de soluções para a situação, solicitaram o nosso apoio, na abordagem sobre estas questões”* – disse.

Violência é crime

Num outro momento, Siteo explicou, em breve trecho, os direitos humanos que assistem às mulheres, dentre elas, o direito à igualdade e equidade

de género, e o direito ao respeito pela sua integridade física. Sobre a violência doméstica como tal, Siteo recordou aos presentes que esta era crime, à luz da respectiva lei. *“Precisamos praticar e difundir o bem, em nossas próprias casas/ famílias e na sociedade. Os homens, em particular, precisam saber que não se educa uma mulher com porrada/ violência, mas sim, com diálogo e mútua compreensão”* – juntou, apelando à denúncia de casos de violência doméstica, e referindo ainda que esperava que, pelo menos os membros, saberiam, a partir de então, respeitar e fazer respeitar os direitos, uns dos outros.

Denunciar sempre

Por sua vez, a companheira Glória Chaúque, Presidente da Associação Vuka Murime, realçou e apelou a todos os membros do movimento e não só, principalmente às mulheres, que sejam vítimas ou saibam de qualquer tipo de violência doméstica, nas suas comunidades, denunciarem, de imediato, às autoridades, com

vista à responsabilização dos mentores, e à redução de casos.

Justiça pelas próprias mãos

Recorde-se que na edição 68, o “Boletim Informativo UNAC” reportou um caso de linchamento a um casal de idosos, no mesmo Posto Administrativo de Tome, protagonizado por membros da comunidade, alegadamente por motivos passionais.

Alegação de feitiçaria

Segundo dados então recolhidos pelo “Boletim Informativo UNAC”, o caso deu-se na sequência duma alegada “consulta” feita por alguns membros da comunidade, a um curandeiro, que indicou o casal em questão, como estando por trás dos vários fenómenos estranhos que aconteciam a estes. E um dos membros da comunidade mobilizou os demais, e dirigiram-se à residência dos “indiciados”, tendo-os agredido, com recurso a pedras, facas, catanas, paus, etc, até à morte.

Nelva da Crisma, Inhambane

Mortalidade do gado preocupa criadores

Criadores dos Distritos de Chemba e Caia, na Província de Sofala, lamentam a elevada onda de mortalidade de seus animais, principalmente o gado bovino, em resultado dum surto ainda por se investigar.

DPADR informada

Em conversa com alguns criadores, o “Boletim Informativo UNAC” apurou que no passado mês de Outubro, registou-se a maior taxa, relativa, de morte de animais. Aliás, no dia 16 de Outubro, Adriano Cassembere, criador, após assistir, impotente, à morte de 4 dos seus bois, recorreu a um técnico veterinário afecto à DPADR-Direcção Provincial da Agricultura de Sofala, com o objectivo de apresentar o caso, e apelar por uma urgente

intervenção de quem de direito, com vista à salvação dos animais que lhe sobravam.

Resposta da DPADR

A propósito, o “Boletim Informativo UNAC” soube que a resposta do técnico abordado, foi de que já se sabia da ocorrência, ao nível da DPADR, contudo, o sector ainda não havia apurado o que efectivamente estava acontecendo. “Faremos os devidos exames laboratoriais, para aferirmos a causa, a identidade e a possível cura para o surto” – prometeu.

Os criadores mostram-se agastados com a situação, cuja solução, apesar das promessas, não se vislumbra, pelo menos a curto e médio prazos.

José Biasse Alfândega, Sofala

O IMPACTO DE UMA FALSA PROMESSA!...

Em uma noite muito fria, um bilionário encontrou um velho pobre na rua, bem próximo da sua casa, e perguntou-lhe:

– *Você não sente frio, estando aqui fora e sem casaco?*

– *Claro que sinto, mas quase que já me acostumei com isso, durante anos de vida na rua.* – Respondeu o pobre velho.

– *Espera por mim, pois, entrarei em minha casa agora e trarei um casaco para você. Volto logo!* – Prometeu, então, o bilionário, entrando para a sua imponente mansão.

O pobre homem ficou tão feliz e disse que o esperaria. O bilionário entrou em sua casa, ficou ocupado e se esqueceu do pobre homem. Pela manhã, ele se lembrou do velhinho, e saiu

para procurá-lo, mas o encontrou já morto por causa do frio, e junto dele, encontrou uma carta que dizia:

“Quando eu não usava roupas quentes, tinha o poder de dar um jeito e lutar contra o frio, por estar acostumado a isso, mas quando você prometeu me ajudar, eu me apeguei à sua promessa, e perdi o meu poder de resistir”.

Moral da História:

Não dê esperança a alguém se realmente não vai cumprir com o prometido. Sua promessa pode não significar nada para você, mas pode ser a diferença na vida de quem acreditou em suas palavras...

Autor desconhecido.

Adaptado por

Apolinário Maria Ricardo

Em jeito de fecho...

O VII Curso dos Comunicadores da UNAC decorreu na Vila de Songo, Distrito de Cahora Bassa, Província de Tete, facto que permitiu a alguns dos comunicadores descerem as cascatas e conhecerem, ainda que do lado de fora, a HCB-Hidroeléctrica de Cahora Bassa, que gera a energia eléctrica que alimenta Moçambique e alguns dos países vizinhos, a exemplo do Malawi, Tanzania, Zimbabwe e África do Sul.

Da ronda pelas proximidades do grande empreendimento, e da conversa com alguns dos residentes, os Comunicadores souberam de muitas coisas que corporizam o espectacular local, como por exemplo, que o fornecimento da corrente eléctrica à Vila de Songo, faz parte da responsabilidade social da empresa, daí que os moradores não sejam cobrados pelo seu uso.

A educação, a saúde, o desporto e as vias de acesso, beneficiam, igualmente, do total patrocínio da HCB, cujos dados, referentes ao ano 2020, demonstram uma produção de sensivelmente 15.350 Gwh de energia, e um rendimento anual na ordem dos 12 milhões de meticais.

Já as populações locais, e sobretudo aquelas que não estão no emprego formal, na própria HCB, sobrevivem, principalmente, da prática da agricultura e da pecuária (com destaque para a criação do gado caprino e bovino), para além da pesca artesanal, curiosamente, praticada por homens e mulheres, na albufeira.

As demais actividades, incluem o pequeno comércio.

Luísa França Magaia e Pedro Chaúque, Maputo